

10 MAI 1998

## O Real, o Cruzado e a armadilha

10 MAI 1998

HÁ NO AR O TEMOR DE DESCONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS E DA VOLTA DA INFLAÇÃO, COMO NO GOVERNO SARNEY

SUELY CALDAS

O Plano Real e o candidato Fernando Henrique Cardoso estão numa armadilha difícil de ser desarmada este ano: os juros são altos porque o desequilíbrio fiscal e o déficit externo estão longe de uma solução. Com juros altos a taxa de crescimento é medíocre, o desemprego cresce, a dívida pública expande e nem os R\$ 20 bilhões da venda da Telebrás nem todas as privatizações programadas são capazes de inverter a linha ascendente da dívida. Na vida do cidadão comum esses problemas se traduzem em mais desemprego, menos investimento (portanto, menor geração de empregos), deterioração dos serviços públicos (educação, saúde, segurança, saneamento), porque não há dinheiro suficiente para mantê-los e, no longo prazo, a volta do fantasma da inflação. Sem dúvida, um cenário difícil para um candidato em campanha eleitoral. Seria possível começar a resolver essa equação se ocorressem progressos significativos nas duas frentes que obrigam a manter os juros elevados. Na frente fiscal, os governos federal e estaduais precisariam aumentar a arrecadação de impostos, fazer crescer suas receitas e cortar despesas. No front externo, aumentar as exportações, melhorar a situação deficitária nas trocas do Brasil com outros países. E o que tem acontecido?

Foi decepcionante o resultado das

contas públicas do primeiro bimestre do ano, divulgado esta semana. Esperava-se uma melhora significativa, visto que a receita com arrecadação de impostos foi recorde. Só que o governo gastou mais do que podia e o déficit primário (que exclui despesas com juros) cresceu, em vez de reduzir. Este é o grande nó do Plano Real em 1998. O agravamento do desequilíbrio fiscal não permite enxergar no horizonte nenhum sinal de alívio,



mesmo que distante. Lembre-se que, em novembro, o governo baixou um pacote de medidas que, entre cortes no Orçamento da União e aumento da arrecadação, produziria um saldo de R\$ 20 bilhões. A receita cresceu, a população pagou mais impostos, mas o governo não cumpriu sua parte e continuou gastando além do limite. Mesmo desgastada, a imagem de um doente para o Plano Real é a melhor para entender o problema: se toda a medicação disponível é ministrada e o paciente não

melhora, porque se recusa a cumprir as determinações do médico, seu caminho é a UTI e daí pode virar doente terminal. Se, ao contrário, ele segue à risca o que o médico

prescreveu, o organismo reage, a esperança reaviva e a cura pode demorar, mas é certa. Neste momento, o Plano Real ainda está no quarto do hospital, mas se o déficit público piorar, o próximo destino é a UTI.

Seria um exagero comparar o Real ao Cruzado ou Fernando Henrique Cardoso a José Sarney, mas há no ar o temor de descontrole das contas públicas neste ano eleitoral. O Cruzado já havia sucumbido antes

do pleito que elegeu 24 governadores do PMDB. Sarney não aceitou cumprir nenhuma das medidas necessárias para dar vida longa ao plano econômico naquele ano de 1986. Repressou a inflação em um falso congelamento de preços que transbordou com força tão logo terminou a eleição. A demagogia prevaleceu, o governo não cortou despesas e ainda esbanjou dinheiro público para dar vitória ao PMDB. Conseguiu, mas matou o Cruzado, a inflação voltou forte e Sarney despediu-se do governo com um dos mais baixos índices de popularidade de um chefe da Nação. Depois disso, conseguiu eleger-se senador só pelo minúsculo Amapá.

É claro que o político e sociólogo Fernando Henrique é muito diferente e, em quatro anos, o Real mostrou que tem substância, fôlego e sustentação (o Cruzado não sobreviveu um ano). Mas é inevitável a triste lembrança do Cruzado quando os números do balanço entre receita e despesa do governo decepcionam, assustam e levam a imaginar que as portas se fecham e fica cada vez mais difícil encontrar a saída. Pelo lado da receita é impossível conseguir resultados melhores: mesmo com a produção industrial em marcha lentíssima e a inflação anual em 6%, até abril a arrecadação de impostos cresceu

34% em comparação com o mesmo período do ano passado. A única saída, portanto, é reduzir despesas. Mas como?

Só mesmo com firmeza, determinação e vontade política. De acordo com os números divulgados nesta semana, entre os diversos itens do Orçamento da União o que mais cresceu (26%) foi o denominado "outras despesas", em que estão inclusos os gastos dos diversos ministérios. Com mais de 30 anos de experiência em acompanhar as contas públicas, o economista Raul Veloso suspeita que esse crescimento é decorrente de liberação de verbas orçamentárias represadas pelo Tesouro, desde o ano passado. "Em clima eleitoral como segurar o que está armazenado?", indaga Veloso. Ele desconfia que as verbas com despesas mais pesadas vinculadas às eleições, como as obras do programa Brasil em Ação, ainda nem começaram a ser liberadas. Se a desconfiança de Raul Veloso se confirmar, o quadro fiscal vai piorar. No bimestre o déficit nominal (não deflacionado, que inclui gastos com juros) chegou a 6,5% do PIB; e há, na equipe econômica, quem avalie ser lucro fechar o ano em 7,5%. E pensar que há dois anos o ministro da Fazenda, Pedro Malan, limitava em 4% do PIB a tolerância de um déficit fiscal sem maiores problemas para a economia.

Nesse quadro, a única forma de desarmar essa difícil armadilha é esquecer o Orçamento este ano e voltar a segurar os gastos na boca do caixa, como fazia o ex-secretário do Tesouro, Murilo Portugal, e como propôs o economista Rogério Werneck, respeitado estudioso nessa área. Pode parecer contraditório, mas o candidato Fernando Henrique conseguirá maior prestígio eleitoral nas urnas se contar a verdade aos eleitores e preservar o Real, do que ceder a governadores e deputados e gastar em obras aqui e acolá. É ser o anti-Sarney. Reeito, ele vai agradecer a si mesmo.

■ Suely Caldas é jornalista

e-mail: sucaldas@agestado.com.br